

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39.464 - SP (2012/0232204-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **MARGARETE DE ARAUJO**
ADVOGADO : **ALEXANDRE RICARDO CAVALCANTE BRUNO E OUTRO(S)**
- SP180834
RECORRIDO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **RODRIGO LEMOS CURADO E OUTRO(S) - SP301496**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por Margarete de Araújo contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA - Processual civil - Cumprimento da liminar concedida - Carência de ação - Falta de interesse processual (CPC, artigo 267, VI) - Superveniente perda do objeto - extinção do processo sem julgamento de mérito.

Alega a insurgente, nas razões do recurso, que houve cerceamento ao direito de defesa e ofensa ao princípio publicidade.

Salienta que possui direito a tomar nova posse no cargo e dar início ao trabalho de Assistente Social Judiciária, tendo em vista que não foi observada a publicidade dos atos administrativos.

Contrarrazões apresentadas às e-STJ, fls. 203-207.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ, fls. 225-227.

É o relatório.

A Corte de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito, com base no seguinte:

Verifica-se das informações contidas à fls. 21/31, dos autos da reclamação (em apenso), que tendo sido concedida a liminar à presente ação, os autos do Processo Administrativo n. 315.022-A foram submetidos à consulta da DD. Assessoria da Presidência desta Corte, que por despacho da lavra do Eminentíssimo Juiz Assessor da Presidência, Dr. Fernando Antonio Tasso, em cumprimento a liminar deferida no cargo de Assistência Social Judiciária na Comarca da Capital, sem necessidade de perícia de ingresso.

Assim, aflora o caráter satisfativo decorrente do efetivo cumprimento da liminar, comprovado nos autos, redundando na superveniente carência de ação decorrente da perda do objeto, mediante o esvaziamento da pretensão posta no "writ".

Verifica-se, entretanto, que referidos fundamentos não foram

devidamente impugnados, nas razões do recurso ordinário, o que, por si só, mantém incólume o acórdão combatido.

No caso, ao tecer considerações apenas genéricas acerca do cabimento da ação mandamental, o requerente incidiu no óbice das Súmulas 283 e 284 do STF, por desatender o princípio da dialeticidade recursal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO ATACADOS. INCIDÊNCIA ANALÓGICA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RECURSO NÃO CONHECIDO, COM A DEVIDA VÊNIA AO EM. RELATOR.

(RMS 56.125/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 7/5/2019, DJe 20/5/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

2. Pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido. 3.

Incidem as Súmulas 283 e 284 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, sendo considerada deficiente a fundamentação do recurso.

4. Agravo desprovido.

(AgInt no RMS 58.200/BA, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 28/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PROFESSORA ESTADUAL. EFETIVAÇÃO CONCEDIDA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 100/2007. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESLIGAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO. AUTORIDADE COATORA. GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. ILEGITIMIDADE. ATO COATOR PRATICADO POR AUTORIDADE DIVERSA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 283 E 284 DO STF.

1. Cuida-se, na origem, de Mandando de Segurança impetrado contra ato do Governador do Estado de Minas Gerais objetivando a reintegração da parte recorrente ao cargo público de Professora de Educação Básica, em face de sua estabilidade.

Superior Tribunal de Justiça

2. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o recorrente apontar, com transparência e objetividade, os fundamentos que entende suficientes para reformar a decisão impugnada, respeitando a sua pertinência temática com a decisão atacada, sob pena de não conhecimento do inconformismo. 3. Nesse contexto, verifica-se que a Corte de origem denegou a segurança por entender que "o ato foi realizado pela SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, consoante se verifica da publicação do Diário Oficial daquela data, o que revela a ilegitimidade passiva da Autoridade apontada como coatora" (fl. 326, e-STJ).

4. Contudo, esse argumento não foi atacado pela parte recorrente e, como é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

5. Recurso Ordinário não provido.

(RMS 55.046/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 19/12/2017)

Ante o exposto, não conheço do recurso em mandado de segurança.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro